

ca o Projeto de lei nº 071/91. Aprobados os Pareceres Favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça no Projeto de lei nº 67/91, oriundo da Resolução Executiva nº 30/91 e no Projeto de Resolução nº 13/91, oriundo da Resolução Executiva da Câmara Municipal. Aprobado o Requerimento nº 178/91 e as Indicações nº 102/91 e 110/91. Terminado a Ordem do Dia, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a Explicação Pessoal. Não havendo Vereadores para fazerem uso da Explicação Pessoal. O Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Mensural, Aprobada, será assinado para que produza seus efeitos legais.

*[Handwritten signature]*  
 Manoel F. ...

**Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária do Segundo Período legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada na Sede do Camojo Esporte Clube no dia 24 de Setembro de 1991.**

**A**s dezessete horas do dia 24 de setembro do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Waldemar Rodrigues de Macedo e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Marcos Valério Brito de Sant'Anna, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderiam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aires Bessa de Figueiredo, Adailton Pinto de Andrade, Ayr Silva da Rocha, Carlos Roberto Soquero, Dúley Pereira da Silva, Felix da Costa Gomes, Jânio dos Santos Mendes, Jozinho Pacheco Filho, José Oscar Elias, Orlando da Silva Pereira, Omar Sampaio da Silva, Valdir do Santos Silva, e Edimar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foram lidas e aprovadas atas da Décima Segunda e Décima Terceira Reuniões Ordinárias do Segundo Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Pre-

sidente determinou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **EXPE-  
DIENTE**, que consistiu do seguinte: Projeto de lei nº 072/91, de autoria  
do Vereador Carlos Roberto Nequeira. Assunto: Altera o Artigo 2º da Lei nº 738  
de 22/10/87, Suplemento nº 139/91, de autoria do Vereador Orlando da Silva  
Siqueira. Assunto: Piquete Alvo de pesar à Família do Senhor Carlos do Silva  
Lage; Requerimento nº 180/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Nequeira.  
Assunto: Requer ao Comº Senhor Prefeito Municipal investigação quanto o infa-  
ções ocorridas no loteamento Palmiário da Lagoa. Terminada a leitura do  
Expediente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado  
ao uso da **Tribuna**. Como primeiro orador inscrito, ocupou o tribuna o  
Vereador Janio dos Santos Mendes, falando inicialmente de sua participa-  
ção, juntamente com o Vereador Carlos Roberto Nequeira dos Santos, em ato pú-  
blico promovido pelas funcionários do Banco do Brasil, ainda em greve e em  
consequência um diálogo com a Diretoria, enquanto as instituições finan-  
ceiras privadas já haviam conseguido acordos com seus funcionários, que  
mesmo não sendo ideais já eram um avanço. Falou também do leilão  
para privatização do Usiminas, o que considerou vergonhoso, pois o Go-  
verno abraçava as empresas que davam prejuízo e privatizava as que  
mostravam lucros, recebendo o orador a solidariedade do Vereador Carlos  
Roberto Nequeira dos Santos comunicando ter recebido notícias de Brasília  
e que o leilão foi suspenso. Disse o orador esperar que o Governo direcionasse  
seus gastos e que definitivamente governasse a Nação. Falando sobre o  
Governo do Município, disse que o Prefeito Sr. Saldanha gastara fortunas  
no Município de Campos, organizando campanha intitulada "abraçei o Rio  
Paraíba", e, as exatas do dinheiro do povo cabofrense, ocupara a imprensa  
local e horários nobres de emissores de rádios e Televisão, recebendo do Ve-  
rador Carlos Roberto Nequeira dos Santos, fofocas que comprovavam os gas-  
tos do Prefeito Sr. Saldanha na cidade de Campos. Aduziu o Vereador Janio  
dos Santos Mendes que enquanto em Cabo Frio os funcionários públi-  
cos eram ameaçados de demissões, as salas negras proliferavam, o dinhei-  
ro público era estancado em promoções pessoais. Falou também, de estalo pre-  
cário da Guarda Municipal, usando uniformes surrados, dizendo muito longe  
a promessa do Prefeito de que a guarda seria vestida em estilo épica e seria a corpo-  
ração Municipal mais respeitada da Nação, observando que existiam os registros de



agredidos quanto ao patrimônio Municipal, exemplificando com o Forte São  
 o'Valheus, monumento simbolo do Município e que a qualquer dia o prédio da  
 CHARITAS poderia ruir por inércia administrativa. Falou da situação do Banco  
 Santo Helena, um dos mais legítimos símbolos da cultura laboquense e que tam-  
 bém está abandonada quase impedida de se apresentar por falta de instru-  
 mentos. Disse que enquanto o Prefeito abraçava o Rio Paraíba, o Canal  
 Majoré estava assoreado e que, a cada momento era agredido por empresá-  
 rios sem compromissos com Cabo Frio e ao qualidade de vida, o mesmo oc-  
 rrendo com o Menquezal de São do Luro, que tão exaltado pelo Prefeito  
 estava abandonado. Quanto ao São Brasil, disse que as reservas do Município  
 estavam sendo dizimadas pelo atual Prefeito que o título de promoção pessoal  
 distribui mudos em todo o Brasil. Falou a seguir do grave crise pela qual  
 passava o comércio laboquense, quando empregos e impostos que lamenta-  
 velmente não eram bem aplicados pelo governo Municipal, e mais que an-  
 ciava uma Feira de Verão trazendo para Cabo Frio, comerciantes de ou-  
 tras áreas e que por certo iriam prejudicar os empresários locais, registrou  
 do assim o seu mais veemente protesto, e que a Câmara Municipal não po-  
 dia se omitir ante tal fato. Com relação ao julgamento do resultado do  
 plebiscito de emancipação de Búzios, marcado para o dia seguinte, disse a  
 Câmara deveria protestar contra a pouca vergonha que imperava no Tribu-  
 nal Regional Eleitoral, com dólares sendo distribuídos pelos corretores do  
 TRE, visando destruir Cabo Frio, sendo necessário que todos os Vere-  
 dores de Cabo Frio estivessem presentes ao julgamento mostrando a pos-  
 eão do Município, que jamais não quer a emancipação de Cabo Frio  
 não quer ser anexado a Búzios, encerrando a seguir sua fala. Co-  
 mo próximo orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Osmar Sam-  
 paio da Silva, protestando inicialmente pelas constantes agressões de  
 jornal local Vereadores, agora, tentando denegrir a honra do ilustre Ve-  
 rador Carlos Roberto Noqueira dos Santos, deduzindo que tais campa-  
 nhas nada mais era do que uma retaliação do Governo Municipal  
 aos Vereadores que enticavam e fiscalizavam a atual administração  
 do Município, e mais que tais responsáveis por tal jornal faziam parte  
 da folha de pagamento da Prefeitura Municipal. Falou a seguir da re-  
 ceita que até aquele data não havia apresentado seu balanço, frisando que a

empresa foi dispendiosa valores exorbitantes sem qualquer prestação de contas, com as denúncias se avolumando e sem que providências fossem adotadas, não tendo cabimento que a Câmara renunciasse ao seu dever de fiscalizar uma empresa pública Municipal, deixando registrado mais uma vez o seu protesto. Salou da aquisição de um veículo para representação da Presidência sem a devida autorização da Câmara e mais que de acordo com o do Orgânico, veículos oficiais eram de uso exclusivo do Prefeito e do Presidente da Câmara. Denunciou e requir o desvio de recursos para aluguel de veículos para uso de assessores do Governador e despesas para manter pessoas na imprensa com o objetivo de atacar aos adversários do Governo Municipal. Adiante disse ter tido notícia de que o Governo Municipal recebera volumosa verba para a construção de um colégio, através do Governo Federal, e que nada ainda havia sido construído lembrando que os recursos não podiam ser aplicados no mercado financeiro, e que pelo tempo decorrido o dinheiro talvez só pudesse comprar as portas do colégio. Salou de atos praticados pelo Prefeito Municipal, com o objetivo de extrair vantagens de empresários, utilizando poderes constitucionais para desapropriar para declarar utilidade pública visando amedrontar e assim proceder a Sagrada Assunção, e meses depois o ato de desapropriação fora cancelado e assim o Senhor Prefeito navegava no Canal de Itajuru a bordo da majestosa lancha o que dava margem a várias indagações de dúvidas. Adiante, disse ter chegado a hora da Câmara convocar o Prefeito Municipal para que esclarecimentos fossem prestados. Protestou contra iniciativa do Prefeito tentando trazer para Cabo Frio uma Feira de Verão em flagrante prejuízo para o comércio local que lutava com dificuldades o ano inteiro esperando a chegada da temporada de férias, denunciando que as pessoas que participavam de tais articulações levavam vantagem, levavam dinheiro, e pior, eram pessoas de outros Municípios, e mais, que tais desmandos do atual Governo corriam sem que a Câmara Municipal se manifestasse, ao menos para despertar um certo cuidado daquelas que se completavam. Prossequindo disse que brevemente apresentaria a Casa o pedido de abertura de processo, bem fundamentado, para apurar mais uma ilegalidade do fe



verno Sr. Saldanha, frisando sua dificuldade em ter acesso a documentos contábeis da Municipalidade, e que esgotados os prazos legais recorreu a justiça como último remédio. Enaltecendo falou da instalação da ETC no Arraial do Cabo acreditando ser um passo importante para o aperfeiçoamento do transporte de passageiros. Como último incidente, ocupou a tribuna o Senador Carlos Roberto Soares dos Santos agradecendo inicialmente a solidariedade prestada pelo Senador Omar Sampaio da Silva quanto a notícias tentando denigrir o seu nome publicadas em jornal local, mas deixou bem claro que não lhe interessava pelo mesmo mar de lama do Prefeito Sr. Saldanha, e que continuaria a apresentar denúncias correes e bem fundamentadas contra o atual Governo Municipal. Adverte disse que estava conportado por ter participado de reunião com a ETC, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Presidente da Comissão de Diretores Flaminios da Assembleia, Deputada Arionilda Studar, de todas recibindo palavras de ânimo e confiança em sua atuação, considerando que o Prefeito não tinha moral para olhar de frente qualquer cidadão, muito menos o trabalhador rural. Disse que naquela data estivera, juntamente com o Senador Jânio Mendes em manifestação promovida pelos funcionários do Banco do Brasil, buscando esclarecer a população quanto a greve em andamento, considerando que a instituição, patrimônio do Estado, com quase dois séculos prestando serviços relevantes a Nação em todos os seus segmentos sofreu o golpe do Governo, atingindo-o no seu cerne, no seu grande patrimônio que eram os funcionários, e que denominados de marajás pelo Governo Federal, podia mostrar que um funcionário com treze anos de serviços recebia cento e seis mil cruzeiros por mês, o que era um absurdo, e que o Brasil está tão institucionalizado no país que quem recebia mais de um salário mínimo era chamado de "marajá", enfatizando que tal golpe erudido pelos Bancos privados, pelas empresas que não tinham interesse no funcionamento de uma estatal lucrativa como a Usiminas, Vale do Rio Doce e Banco do Brasil. Disse que uma das evidências era a ligação do Ministro do Trabalho Marques Abreu era ligado ao Unibanco, o Presidente do Banco do Brasil ligado ao Banco Econômico, o Presidente da Caixa Econômica também do Banco Econômico, o que dispensava maiores comentários, com o Estado sempre se curvando a pressões de banqueiros e empresários.

A seguir o orador procedeu a leitura de manifesto divulgado pelos funcionários do Banco do Brasil. Quanto as aludidas despesas do Governo Municipal no Município de Campos, com a campanha "Abraça o Rio Paraíba" mostrou jornal daquele Município em matéria paga, e que na entrevista dizia o Prefeito que havia aumentado a renda "per capita" em Cabo Frio e que brevemente seria instalado um Projeto Jurístico no valor de duzentos milhões de dólares, e mais que havia criado uma área turística em Cabo Frio, que atraia turistas de todo o mundo, ou seja a Praia de S. Dionísio entre outros absurdos, como por exemplo o Plano Diretor que assecurava a preservação de todos os sítios biológicos e históricos. Prossequindo, disse que no sábado o exemplo da preservação foi mostrado quando um casarão de valor histórico para o Município foi destruído por tratores sem que o Governo Municipal se manifestasse, pelo contrário, podia afirmar que o golpe contra o patrimônio público municipal foi tramado dentro do Gabinete do Prefeito. Disse que a empresa que destruiu o Casarão, a empresa havia sido dada alternativa para se manter ao menos a fachada, o que não foi aceite. Prossequindo, disse que a empresa que demoliu, divulgara nota justificando o ato, considerando uma pérola da canaleta, quando os mentores se arvoravam em juizes do que era histórico ou não no Município de Cabo Frio e deixando registrado seu protesto encerrou seu discurso. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a

## **ORDEM DO DIA**

Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 072/91. Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Educação Social nos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 072/91, 074/91, 078/91 oriundo da Mensagem Executiva nº 020/91, 021/91, 023/91 e 036/91 oriunda da Mensagem Executiva nº 020/91. Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Encaminhado a Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação o Projeto de Lei nº 046/91. Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Encaminhados a Comissão de Obras e Serviços Públicos os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei nº 047/91, 049/91, 051/91, 055/91 oriunda da Mensagem Executiva nº 016/91, 058/91, 063/91 e 064/91. Aprovados os Arquivamentos nº 119/91 e 120/91. Não havendo mais matérias a serem apreciadas. De se.



o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a Explicação Pessoal. Fez uso da palavra em Explicação Pessoal, o Vereador Abelino Rodrigues de Paes, dando ciência ao Plenário que iria acontecer na próxima semana o Encontro Educacional do Fomile para a legalização de Passinhos, esmencando também que era tese quanto a questão seria debatido, e que assim sendo, o Comitê organizava um amplo debate sobre o assunto. Prossequindo, disse que como forma de incentivo, as terças Quintadas seriam premiadas com uma viagem a Orlando, das Vegas e Orlando nos Estados Unidos, na primeira quinzena de janeiro de 1992, com os participantes pagando apenas despesas de viagem. Prossequindo disse que sua tese estava baseada na não revogação do Artigo 5 da Lei de contravenções penais, discorrendo a seguir sobre as minivídeos da questão, fazendo ainda que não defendia apenas e simplesmente a liberação do jogo, mas da atividade regulamentada em Hotéis Passinhos e a seguir encerrou seu discurso. Não havendo mais Vereadores para fazerem uso do Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. O para constar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Plúria, aprovada, se assinada para que produza seus efeitos legais.

*Assinatura*  
*Assinatura*

Nota da Décima Quinta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991). Realizada na Sede do Tamoyó, parte Clube no dia 26 de Setembro de 1991.

Nas seguintes horas do dia 26 de setembro do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Ocy Silva da ilha e com a ocupação do primeiro Secretaria pelo Vereador Marco Valério Pereira de Sant'Anna, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Lagoa. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Adalberto de Andrade, Aires Bezerra de Figueiredo, Benildo Aota, Carlos Roberto Siqueira